Evolução da divisão territorial

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil 1872.
Nota: Os nomes e grafias das províncias e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil 1900.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Divisão Administrativa do Brasil 1911.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil 1920.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Divisão Administrativa do Brasil 1933.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960.

Notas: 1. Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

2. Foram utilizados os resultados publicados na *Sinopse preliminar do censo demográfico*, visto que as tabelas com os resultados definitivos não guardam correspondência entre todas as Unidades da Federação.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Evolução da divisão territorial

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
Nota: Os nomes e grafias dos estados e municípios são os vigentes à época da pesquisa e seus limites originaram-se da desconstrução da Malha Municipal Digital do Brasil, referente a 1991, produzida pelo IBGE.

Notas técnicas

A elaboração deste trabalho implicou em escolhas metodológicas e operacionais que merecem ser explicitadas para que o público tenha consciência dos problemas e das restrições enfrentados durante o trabalho de compilação, comparação e mapeamento da divisão estadual e municipal do Brasil de 1872 a 2010.

Os anos selecionados são aqueles em que foram realizados recenseamentos em todo o Brasil, iniciando-se em 1872, de modo a proporcionar uma relação dos municípios então existentes em cada uma das províncias ou Unidades da Federação, assim como seu montante populacional. Posto que não foram realizados recenseamentos nos anos de 1910 e 1930, optou-se por incluir os resultados das Divisões Administrativas de 1911 e 1933[1] visando conservar a periodicidade da série dos nomes dos municípios existentes em aproximadamente uma década.

Para o ano de 1872, o recenseamento oferece o montante da população brasileira dividido entre livres e escravos; para 1900 e 1920 apenas o valor total da população; e a partir de 1940, quando o IBGE passa a reunir a estatística e a geografia oficial do País, é possível fazer a distinção entre população total, urbana e rural. O conjunto de municípios e as informações de população para cada ano obedeceu à publicação de resultados do recenseamento populacional, exceto para 1960, ano em que foram utilizados os dados publicados na *Sinopse preliminar do censo demográfico*, visto que as tabelas com os resultados definitivos não guardam correspondência entre todas as Unidades da Federação.

As informações referentes aos valores de população de cada município foram obtidas no portal do IBGE na Internet. Para os anos a partir de 1960, os dados, em formato de planilha, são provenientes do Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra, disponível no endereço <www.sidra.ibge.gov.br>. Para os anos anteriores, entretanto, foi necessário digitar todos os valores uma vez que se encontram em formato PDF, na Coleção Digital da Biblioteca do IBGE, no endereço <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Apesar das conferências realizadas, é possível que haja imprecisões em alguns desses números inclusive porque os próprios impressos de época apresentam dificuldade de leitura e mesmo equívocos de datilografia.

A desconstrução da malha municipal foi realizada a partir da identificação dos municípios que deram origem à divisão municipal mais recente. Tal informação foi obtida em consulta ao item *Histórico* da página Cidades@, oferecida no portal do IBGE no endereço <www.ibge.gov.br/cidadesat>, bem como em pesquisa na *Enciclopédia dos municípios brasileiros*[1], produzida pela Instituição no final da década de 1950, e posteriormente, editada em meio eletrônico. Em alguns casos, utilizou-se também pequenos textos acerca das criações dos municípios constantes das tabelas das Divisões Administrativas de 1911 e 1933. Não se recorreu às leis de criação de municípios nem a seus memoriais descritivos, nos quais seria possível identificar os acidentes geográficos que lhes estabelecem os limites. Embora esses documentos, em sua imensa maioria, estejam disponíveis no IBGE em arquivos de papel, sua consulta demandaria longo tempo e implicaria na busca a mapas das respectivas épocas.

A informação sobre a origem dos novos municípios apresenta, em alguns casos, divergências que foram sinalizadas no quadro *Municípios, genealogia e alteração de nome e grafia, com indicação dos respectivos códigos*. Por vezes o município de origem, indicado nas fontes consultadas – Cidades@ e *Enciclopédia dos municípios brasileiros* – não pode, devido a sua localização, ter dado origem àquele novo município; em outras situações não se dispõe da linha que formava tal limite tendo se restringido os municípios de origem. Na situação inversa, em que um município foi extinto, informa-se no mesmo quadro a(s) qual(is) unidade(s) política(s) local(is) ele foi anexado.

As cidades que abrigaram as capitais estaduais em cada ano apresentado foram, na maioria dos casos, identificadas quanto ao nome e grafia nos próprios volumes dos Censos Demográficos. A indicação da cidade de Petrópolis como capital do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1900, entretanto, foi obtida em publicação[2] específica sobre o tema.

Municípios extintos

Os casos de municípios que existiram em dado período e foram extintos, tendo ou não sido posteriormente recriados, receberam como limite o polígono construído mais próximo do período de suas existências. Esse limite pode ser oriundo de um município ou mesmo de um distrito, entretanto, não há como garantir que a linha do limite seja exatamente aquela. Há dois casos para os quais não foi possível obter o limite municipal registrando-se apenas a posição que se pode identificar da então sede municipal: Villa Franca no Pará e Jatahy em São Paulo.

Os códigos dos municípios no IBGE são construídos de maneira que os dois primeiros dígitos representam a Unidade da Federação a que pertencem, os quatro dígitos seguintes são a própria identificação do município em ordem alfabética e o último é um dígito verificador formado a partir dos anteriores. Esse sistema de códigos foi implantado entre 1970 e 1980 contemplando os municípios então existentes e continua a ser aplicado a todos os que surgiram posteriormente. Há situações em que a ordem alfabética teve que ser rompida dado o grande número de municípios emancipados após 1980, como é o caso de Rondônia.

Um dos princípios desse sistema determina que quando um município é extinto seu código não pode ser atribuído a outro. Os municípios que mudaram de Unidade da Federação são incluídos nessa situação, como é o caso dos que deixaram o Estado de Goiás para comporem o recém-criado Estado do Tocantins. Nessa ocasião, todos os municípios receberam novos códigos.

Para os municípios extintos na época da implantação desse sistema de codificação, foram atribuídos códigos compostos com os dois algarismos da Unidade da Federação a que pertencera seguidos de 999 e de um sequencial que pode se estender de 01 a 99. Antes da elaboração deste trabalho, já estavam construídos os códigos dos municípios extintos até 1940 que foram incorporados; com a identificação das extinções ocorridas entre 1872 e 1939, novos códigos tiveram que ser elaborados e foram seguindo a mesma metodologia.

Os municípios que foram extintos e recriados, em um mesmo período intercensitário, não têm sua extinção percebida por este trabalho dada sua restrição intrínseca de apresentar apenas os retratos da estrutura municipal nos anos selecionados.

Mudança de sede

Há municípios em que embora o polígono de seu limite tenha se mantido inalterado, de um ano para outro, houve mudança da sede. Nesses casos, optou-se por levar a sede para o aglomerado que nomeava o município quando se dispunha de sua identificação. Essa situação implica, também, na mudança do nome do município, mas não de seu código, dado que a sede determina sua denominação.

Nome e graf a

O nome e a grafia das Unidades da Federação e dos municípios foram mantidas conforme as publicações dos recenseamentos e as Divisões Administrativas consultadas. Para o Censo Demográfico de 2010 recorreu-se aos arquivos da Coordenação de Estruturas Territoriais da Diretoria de Geociências, do IBGE, para dirimir dúvidas. O Município de Santarém, na Paraíba, teve seu nome alterado para Joca Claudino em 09.11.10, entretanto, conservou-se a denominação da data do Censo.

O Recenseamento do Brazil de 1872 apresenta alguns casos de nomes diferentes para o mesmo município entre o quadro da população livre e da escrava.

[1] Para informações complementares, consultar as publicações: DIVISÃO administrativa em 1911 da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Directoria do Serviço de Estatística, 1913; DIVISÃO administrativa do Brasil em 1º de janeiro de 1933. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística,1933.

[2] Para informações complementares, consultar: MATTOS, L. G. de; SANTOS, N. L.; SÁ, R. de A. (Coord.). *Síntese da documentação histórico-administrativa e geográfica dos Estados Unidos do Brasil:* Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995. 81 p.

Nesse caso, optou-se pela utilização do nome no quadro da população livre por ser o que se apresenta em primeiro lugar na publicação.

Finalmente, no quadro *Municípios, genealogia e alteração de nome e grafia, com indicação dos respectivos códigos*, tanto para os municípios aos quais outros foram anexados quanto para aqueles dos quais foram desmembrados, optou-se por utilizar o nome e a grafia do ano em que a informação é fornecida visando facilitar sua identificação.

Mapeamento

Os mapas com a evolução das Unidades da Federação e dos municípios foram construídos a partir da malha digital de 1991, elaborada pelo Departamento de Cartografia do IBGE, partindo-se do ano mais recente para o mais antigo através da união de polígonos. Assim, as malhas estão sujeitas a apresentar eventuais imprecisões, dado que os limites municipais não foram adequados a alterações de outra natureza que não o processo de emancipação. Entre a malha de 1991 e as mais recentes ocorrem algumas divergências, principalmente na Região Nordeste, resultantes de aperfeiçoamentos cartográficos.

Para os países da América do Sul, optou-se pela manutenção dos limites, nomes e grafias atuais, uma vez que adequar essas variáveis aos anos apresentados fugiria inteiramente ao escopo pretendido por este trabalho.

Contribuições

Em face do conjunto de imprecisões eventualmente existentes neste trabalho, agradecemos quaisquer contribuições que possam ser oferecidas por todos os usuários visando o seu aperfeiçoamento e o crescente conhecimento acerca da evolução da divisão territorial do Brasil.